

# MPE e MPF promovem audiência para tratar de racismo



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

QUARTA-FEIRA, 03 :: dezembro :: 2014

O Ministério Público Estadual, através do promotor de Justiça Luis Fausto Dias de Valois Santos, e o Ministério Público Federal, por intermédio do procurador da República Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida, realizaram audiência pública com o objetivo de tratar das Políticas Públicas de Enfrentamento ao Racismo no Estado de Sergipe.

A iniciativa faz parte da Campanha Nacional "MP no Enfrentamento ao Racismo", uma ação do Projeto "Racismo: Conhecer para Enfrentar", coordenado pelo Grupo de Trabalho Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Cultural, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A campanha tem como objetivo fomentar iniciativas nas unidades Ministeriais como audiências públicas, reuniões, eventos e divulgação de materiais nas redes sociais que contribuam para o aprimoramento da atuação do Ministério Público no enfrentamento ao racismo. Além disso, intensifica a interação do MP com as demais instituições públicas e organizações da sociedade civil na luta pela igualdade racial.

Durante a audiência, os membros do Ministério Público sugeriram aos representantes da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania (SE-DHUC), do Movimento Negro e do Candomblé que encaminhassem demandas para serem trabalhadas em 2015, relacionadas à Lei 10.639/03 (que fala sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares) e ao Estatuto da Igualdade.

"Além das audiências realizadas, também promovemos palestras em algumas escolas estaduais, enviamos ofícios à Secretaria de Segu-

rança Pública (SSP/SE), à Polícia Militar e à Secretaria de Justiça. Pedimos nos ofícios que tais órgãos viabilizem cursos de capacitação aos policiais civis, militares e aos agentes de execução penal, com o objetivo de reduzir as barreiras de acesso à Justiça para a juventude negra em situação de violência", explicou Luis Fausto.

Ainda segundo ele, serão expedidos ofícios a todas as Universidades de Sergipe, questionando sobre a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" em seus cursos e, também, ao Governo do Estado e à Prefeitura de Aracaju, solicitando a implantação de cotas para afrodescendentes.